

The background features a stylized cityscape with various buildings represented by blue and white grid patterns. A prominent building on the left is a tall, curved structure with a dense grid. Other buildings are scattered around it, some with different grid patterns. The background is a light blue color with a network of thin lines and circular nodes, suggesting a digital or technological theme.

Ciências Sociais Aplicadas: Entendendo as Necessidades da Sociedade 2

**Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)**

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Ciências Sociais Aplicadas: Entendendo as Necessidades da Sociedade 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	Ciências sociais aplicadas [recurso eletrônico] : entendendo as necessidades da sociedade 2 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Ciências Sociais Aplicadas. Entendendo as Necessidades da Sociedade; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-424-5 DOI 10.22533/at.ed.245192506 1. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. II. Série. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

No e-book “Ciências Sociais Aplicadas: Entendo as Necessidades da Sociedade”, apresentam-se artigos e pesquisas que mantêm relação com demandas da sociedade contemporânea, a partir de estudos realizados nas diferentes regiões do Brasil, representando a diversidade territorial, bem como, as singularidades e elementos que as conectam.

Apresentam-se ainda, três artigos em espanhol, sendo estes de cursos de graduação e pós graduação do Uruguai, México e Espanha e um em inglês do programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília. Tais artigos mostram-se pertinentes e contribuem para as discussões e análises que são apresentadas aos leitores a partir do campo das Ciências Sociais Aplicadas.

São ao todo cinquenta artigos divididos em dois volumes. Os artigos foram organizados em seis seções, conforme segue: **Tecnologia e Comunicação**, sendo esta a primeira seção, em que são abordadas as relações existentes entre a tecnologia e a comunicação com os processos de trabalho, políticas públicas, inovação nos processos de gestão e de conhecimento; O **Comportamento Organizacional**, título que nomeia a segunda seção, apresenta-se de maneira expressiva nos artigos que também tematizam os processos decisórios e de gestão de conhecimento no setor empresarial, com valorização do capital humano e da função social das empresas; **Cidadania e Políticas Públicas**, aborda pesquisas realizadas entorno das políticas de saúde, de atendimento às crianças e adolescentes, da educação, da questão agrária, da segurança pública e das políticas tributárias na lógica de cidadania e garantia de direitos; **Estado e Sociedade**, aborda as relações estabelecidas entre estes, apontando para a importância e impacto dos movimentos sociais para a definição de pautas que contemplem os diferentes interesses existentes na sociedade de classes; *Os artigos que compõem a seção Trabalho e Relações Sociais* debatem o grau de satisfação de acesso ao trabalho em um contexto de terceirização e precarização das relações estabelecidas através deste e por fim, em **Estudos Epistemológicos** apresentam-se dois artigos que analisam perspectivas diferentes do processo de construção do conhecimento.

Os artigos apresentam pesquisas de envergadura teórica, as seções mantêm articulação entre si e contribuem para a divulgação e visibilidade de estudos e pesquisas voltadas para as necessidades e desafios postos para vida em sociedade no atual contexto social, econômico e político.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A INTERNAÇÃO E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL COMO DESAFIOS NO ATENDIMENTO EM SAÚDE MENTAL À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	
Rayoni Ralfh Silva Pereira Salgado Marta Fuentes-Rojas	
DOI 10.22533/at.ed.2451925061	
CAPÍTULO 2	14
INFORMAÇÃO AOS USUÁRIOS E ACOMPANHANTES SOBRE OS SEUS DIREITOS E DEVERES E OS SERVIÇOS OFERECIDOS DENTRO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO	
Lavinha Soares Santos	
DOI 10.22533/at.ed.2451925062	
CAPÍTULO 3	18
CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UMA MANIFESTAÇÃO DA “QUESTÃO SOCIAL”	
Monica Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.2451925063	
CAPÍTULO 4	29
ESTUDO DE CASO SOBRE A COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL RELATIVA À CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FELICIDADE DO DUBAI E DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS	
Diamantino Ribeiro Jorge Remondes António Pedro Costa	
DOI 10.22533/at.ed.2451925064	
CAPÍTULO 5	45
A RELAÇÃO ENTRE A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA E A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	
Carolina Portella Pellegrini Simone Régio dos Santos Zaionara Goreti Rodrigues de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.2451925065	
CAPÍTULO 6	58
O DIREITO PENAL DO INIMIGO À LUZ DO GARANTISMO PENAL	
Mariana Hazt Lencina Cândida Joelma Leopoldino	
DOI 10.22533/at.ed.2451925066	
CAPÍTULO 7	74
DO CÓDIGO DE NUREMBERG AO CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA BRASILEIRO: O PRINCÍPIO DO CONSENTIMENTO INFORMADO E A CONDUTA ÉTICA MÉDICA PELOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	
Gilberto Leonello Carolina Corrêa Soares Natália Ongaratto da Rosa Stéfani Wontroba Bandeira	
DOI 10.22533/at.ed.2451925067	

CAPÍTULO 8	84
DISPOSICIONES Y POLITICIDAD EN LA CO-CONSTRUCCIÓN DE NARRATIVAS BIOGRÁFICAS: EL TRABAJO DE LA REFLEXIVIDAD	
Mabela Ruiz Barbot	
DOI 10.22533/at.ed.2451925068	
CAPÍTULO 9	96
GERENCIALISMO: A RESPOSTA NEOLIBERAL PARA A GESTÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS	
Evandro Alves Barbosa Filho	
Maria Izabel Rêgo Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.2451925069	
CAPÍTULO 10	110
ESTUDO ESTATÍSTICO DA QUANTIDADE DE CONTRIBUINTES QUE DECLARARAM O IMPOSTO DE RENDA NO PERÍODO DE 2012 A 2015	
Cristian Carlos da Silva Coelho	
Gabriel Ribeiro de Abreu	
Arlane Lopes Chaves	
Luana Sousa Almeida	
Lilane de Araújo Mendes Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.24519250610	
CAPÍTULO 11	124
OS BENEFÍCIOS DA GESTÃO TRIBUTÁRIA NA GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES FISCAIS	
Thaynara Keila Oliveira	
Jerson Krack	
DOI 10.22533/at.ed.24519250611	
CAPÍTULO 12	140
ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX	
Marclin Felix Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.24519250612	
CAPÍTULO 13	151
REDES SOCIAIS E MOBILIZAÇÕES PÚBLICAS. O MOVIMENTO DE “15 DE SETEMBRO” EM PORTUGAL	
Isabel Babo	
Célia Taborda Silva	
DOI 10.22533/at.ed.24519250613	
CAPÍTULO 14	166
REPENSANDO A PERCEPÇÃO DA VELHICE ALIADA À DISCUSSÃO DE CLASSE E HEGEMONIA	
Juliana de A. F Doronin	
Giovanna de Aquino Fonseca Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.24519250614	

CAPÍTULO 15	174
LAVA JATO E SEU IMPACTO NA RENTABILIDADE DAS ESTATAIS BRASILEIRAS	
Elisandra Bochi Turra	
Sandra Maria Coltre	
Gilmar Ribeiro de Mello	
Lirane Elize Defante Ferretto de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.24519250615	
CAPÍTULO 16	190
MULTILATERALISM AND NATIONALISM IN THE 21 ST CENTURY: CONSEQUENCES TO GLOBALIZATION FROM THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT PERSPECTIVE	
Hugo do Valle Mendes	
Juliano Vargas	
Joanilio Rodolpho Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.24519250616	
CAPÍTULO 17	209
SATISFAÇÃO NO TRABALHO: UMA ANÁLISE TEÓRICA	
Joseane da Silva Rodrigues	
Darliane Ribeiro Caldas	
Rochele Kaline Reis de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.24519250617	
CAPÍTULO 18	220
A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O TRABALHO: ESTUDO DE CASO COM JOVENS DEFICIENTES INTELLECTUAIS E A PERSPECTIVA DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	
Carmelinda Parizzi	
DOI 10.22533/at.ed.24519250618	
CAPÍTULO 19	232
ANÁLISE DO CENÁRIO DO TRABALHO MANUAL NO CORTE DE CANA-DE-AÇÚCAR, A TERCEIRIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA E A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	
Pedro Afonso Martini Dreyer	
Liliane Vieira Martins Leal	
DOI 10.22533/at.ed.24519250619	
CAPÍTULO 20	245
AVALIAÇÃO DOS PARÂMETROS CORPORAIS DE ZELADORAS DE UMA UNIVERSIDADE ESTADUAL NO PARANÁ	
Marina Daros Massarollo	
Francieli do Rocio de Campos	
DOI 10.22533/at.ed.24519250620	
CAPÍTULO 21	249
DINÂMICA DO EMPREGO FORMAL NO SETOR PRODUTOR DE SOJA NO ESTADO DE MATO GROSSO NO ANO DE 2017	
Erico Souza Costa	
João Gabriel Pagnan Zanette	
Mayara Pereira de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.24519250621	

CAPÍTULO 22	260
ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO TARUMÃ MIRIM (MANAUS-AM)	
Michele Lins Aracaty e Silva Epaminondas da Silva Dourado	
DOI 10.22533/at.ed.24519250622	
CAPÍTULO 23	276
FIART: UM ESTUDO DA FEIRA INTERNACIONAL DE ARTESANATO COMO ATRATIVO DE PROMOÇÃO DA CULTURA POTIGUAR	
Fernanda Louise de Brito Gonçalves Layanna Pinheiro da Silva Maria Rafaella Marques de Paiva Patrícia Daliany Araújo do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.24519250623	
CAPÍTULO 24	284
COMO SE PLANIFICAM, TRATAM, ANALISAM E INTERPRETAM NARRATIVAS ? A ABORDAGEM COMPREENSIVA-QUALITATIVA “PROCESSOS DE REQUALIFICAÇÃO SÓCIO-IDENTITÁRIA”	
Maria de Fátima Costa Toscano	
DOI 10.22533/at.ed.24519250624	
CAPÍTULO 25	298
QUALITATIVE EPISTEMOLOGY AND THE STUDY OF SUBJECTIVITY: ALTERNATIVE EPISTEMOLOGICAL PATHS IN QUALITATIVE RESEARCH	
Andressa Martins do Carmo de Oliveira Thamiris Caixeta	
DOI 10.22533/at.ed.24519250625	
CAPÍTULO 26	308
MODERNIDADE BRASILEIRA, DESIGUALDADES E SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO	
Rui Maia Diamantino Raimundo Mentor de Melo Fortes Filho	
DOI 10.22533/at.ed.24519250626	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	332

CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UMA MANIFESTAÇÃO DA “QUESTÃO SOCIAL”

Monica Pereira

Assistente social em Hospital Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecóits de Francisco Beltrão - PR, docente em Serviço Social UNIOESTE - campus de Francisco Beltrão - PR, especialista em saúde mental. Mestre em Serviço Social pela UNIOESTE - campus de Toledo - PR, e-mail: pereiramonica22@yahoo.com.br.

RESUMO: Este trabalho analisa aspectos da contradição inerente ao modo de produção capitalista no Brasil, com destaque à “questão social” e suas expressões rurais e urbanas, especialmente atentando para a questão agrária, fruto das relações sociais de produção. Neste trabalho optou-se pela pesquisa de caráter bibliográfico. Dessa forma, a pesquisa propõe o diálogo acerca da questão agrária expressa na relação capital x trabalho e a ação do Estado através da implementação de políticas sociais.

PALAVRAS-CHAVE: “questão social”; questão agrária; capitalismo

ABSTRACT: This paper analyzes aspects of the contradiction inherent in the capitalist mode of production in Brazil, with emphasis on “social issues” and their rural and urban expressions, especially paying attention to the agrarian question, the result of the social

relations of production. In this work we opted for bibliographical character research. In this way, the research proposes dialogue about the agrarian issue expressed in capital ratio x work and the action of the State through the implementation of social policies.

KEYWORDS: “social question”; agrarian issue; capitalism

1 | INTRODUÇÃO

A “questão social” emerge da contradição capital X trabalho, sendo essa uma categoria expressa no âmbito do modo de produção capitalista de produção. Contradição esta fundada na produção e expropriação da riqueza socialmente produzida pelos trabalhadores e expropriada pelos capitalistas. O trabalhador vende sua força de trabalho como meio de garantir sua sobrevivência e cresce então, o interesse dos capitalistas por extrair cada vez mais trabalho de cada vez menos trabalhadores. “Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não ter acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida”. (NETTO, 2001, p. 42-43).

Partindo desse pressuposto, têm-se que,

a “questão social” assume cotidianamente diversas expressões, expressões as quais são vivenciadas diariamente pelos seres sociais, elas se evidenciam com formas sociais que encobrem a exploração. As desigualdades se apresentam como “normais”, “naturais”, destituídas de conflitos e contradições. Um exemplo é a problemática da questão agrária.

Nesses termos, o objetivo deste artigo é descrever a trajetória da questão agrária enquanto expressão da “questão social”, compreender o processo no qual ela se manifesta, em uma lógica contraditória, a lógica do capital.

Para compreendermos esse processo recorreremos ao contexto histórico da questão agrária no Brasil, que fora marcado por um profundo crescimento e desenvolvimento econômico, além de uma crescente desigualdade, problema este característico do modo de produção capitalista, que para Martins, 1997, está fundamentalmente baseado na perspectiva de mercado, é uma sociedade que tem como lógica própria tudo desenraizar e a todos excluir, tudo deve ser lançado ao mercado, a lógica do capitalismo é “o mercado, é o movimento, é a circulação: tudo tem de ser sinônimo ou equivalente de riqueza que circula, de mercadoria”. (MARTINS, 1997, p. 30).

Ainda sob a perspectiva mercadológica o autor destaca que os camponeses tiveram de ser desenraizados, haja vista a necessidade da exploração da mão de obra, o capital precisava de trabalhadores, de operários assalariados, de vendedores da força de trabalho, ou seja, como donos da mercadoria. Esse trabalho deveria seguir o ritmo e a lógica própria do capital. “O capitalismo na verdade desenraiza e brutaliza a todos, exclui a todos”. (MARTINS, 1997, p. 32). Nesse processo que a questão agrária começa a se definir, quando o Estado brasileiro, no século XIX, pressionado pelas elites, e pelas grandes potências queriam expandir o mercado. Sendo assim, pretende-se a partir do conhecimento produzido sobre a temática, colocar em debate a questão agrária, levantar questionamentos e proposições na busca por transformação social.

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Sant’Anna, 2012, a questão agrária expressa os mais diferentes conflitos decorrentes do uso da terra e/ou da relação capital trabalho advinda das relações capitalistas de produção, sendo esta categorizada no modelo agrário vigente. Para melhor compreendermos essa relação é necessário contextualizarmos a questão agrária como uma das expressões da “questão social” e retratarmos o processo histórico que a envolve. “Questão social” .

[...] não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a

Em Netto (2001, p. 42), “questão social” é uma expressão do século XIX, surgida na Europa, advinda das manifestações de miséria e pobreza provenientes da exploração da sociedade capitalista com o desenvolvimento da industrialização.

Ainda de acordo com o autor, a expressão “questão social” tem história recente, seu emprego data cerca de cento e setenta anos. Começou a ser utilizada na terceira década do século XIX e foi divulgada até a metade daquela centúria por críticos da sociedade e filantropos situados nos mais variados espaços do espectro político.

As expressões geradas pela “questão social” decorrem das variadas dimensões das relações de poder de produção e de reprodução social acompanhadas por uma concentração de poder e riqueza nas mãos de poucos, aqueles que fazem parte de classes e setores dominantes que produzem e generalizam a pobreza dos trabalhadores.

A “questão social” no Brasil aparece no final do século XIX, quando ocorreu a transição da mão-de-obra escrava para a assalariada, assinalando, desse modo, os primórdios da industrialização, a emergência do capital no país, do operariado e da fração industrial da burguesia.

Em relação à população rural, o que se pode perceber é que ela está intrinsecamente envolvida neste processo de acumulação, que pressupõe necessariamente a existência de um exército industrial de reserva para a garantia da sua produção e reprodução. A expulsão de grandes parcelas de trabalhadores do campo tornou-se necessária para a garantia de mão de obra disponível à expansão da produção capitalista na zona urbana, condicionando assim um intenso processo de pauperização do campesinato.

Para Martins, 1997, p.50, existe uma explicação lógica para essa realidade, ele relata que a expansão da tecnologia que atingiu o campo, fez com que a necessidade de mão-de-obra se limitasse para apenas momentos específicos do processo de trabalho agrícola, mesmo as pastagens que não são modernizadas reduziram drasticamente a demanda de trabalhadores. O autor destaca que durante um tempo essa mão-de-obra excedente pôde ser absorvida por alguns setores da indústria, aqueles que não demandam de qualificação, porém esses mesmos setores com o tempo acabaram se modernizando ou mesmo desaparecendo, havendo dificuldades de realocação dessa população que agora se configurava como uma população miserável no campo e na cidade.

A partir do exposto tem-se que à questão agrária se constitui como um desdobramento de expressões da “questão social”, já que esta compreende as relações de poder da correlação de forças entre sujeitos antagônicos com interesses e perspectivas diferentes no que concerne a propriedade da terra, que pressupõe basicamente a pauperização da classe trabalhadora do campo.

Ela nasce da contradição estrutural do capitalismo, que produz a concentração

da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria concomitantemente. “Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que acumulava a capacidade social de produzir riquezas”. (NETTO, 2001, p. 42). Essa desigualdade é resultado de um conjunto de fatores políticos e econômicos. “Ela é produzida pela diferenciação econômica dos agricultores, predominantemente do campesinato, por meio da sujeição da renda da terra ao capital”. (MARTINS, 1981, p. 175).

A questão agrária é característica do mundo contemporâneo. Ela surge com o desenvolvimento do capitalismo. Antes não existia a questão agrária. Ela surge em consequência do obstáculo que a propriedade territorial e o pagamento da renda da terra ao proprietário representa para a reprodução ampliada do capital e a acumulação capitalista na agricultura. No nosso caso, surge a questão agrária quando a propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo e reprodução do capital, é enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital proprietário da terra. Ela se torna instrumento da criação artificial de um exército industrial de reserva, necessário para assegurar a exploração da força de trabalho e acumulação. (MARTINS, José de Souza, 1997, p.61).

A partir deste contexto que reflete a saída do campesinato para a cidade, o uso de tecnologias que por sua vez dispensavam a mão-de-obra do trabalhador rural, pode-se afirmar que o êxodo rural foi responsável pelo aumento das populações nas zonas urbanas, e com ele o agravamento das expressões da “questão social” nestes centros. No campo por sua vez, a penetração do capitalismo trazia como consequência a concentração fundiária em grandes propriedades, a monocultura, a penetração de tecnologia que dispensava a mão-de-obra, redundando no crescente desemprego rural e na pauperização da população (SOUZA, 2003, *apud*, KRAEMER, Luciane, p.22).

Esse momento caracterizava-se por apontar significativas transformações econômicas, sociais e políticas, apresentando mudanças na sociedade brasileira. De acordo com Osterne (1986, p. 27), registra-se nesse espaço de tempo um acelerado processo de urbanização ocasionado pela aglutinação de grandes contingentes de força de trabalho. Desse modo, a massa trabalhadora passa a habitar nas grandes cidades, em busca de atendimento às suas necessidades básicas, submetendo-se assim à exploração da sua força de trabalho em troca de salários miseráveis, resultando na precarização das condições de vida. O Estado vê-se, então, obrigado a assumir a tutela sobre elas implantando políticas sociais¹ com o objetivo de responder aos anseios da classe trabalhadora além dos anseios do empresariado.

A partir do reconhecimento da “questão social” pelo Estado, ampliaram-se suas funções: ele passou a administrar e gerir os conflitos de classes não apenas via estratégias repressoras ou coercitivas. O Estado, no processo de mediações das tensões apresentadas no cotidiano das relações capital e trabalho, tomam como centralidade a política sócio-assistencial que se efetiva através de prestação de serviços sociais.

1 “A política social aparece no capitalismo construída a partir das mobilizações operárias, sucedidas ao longo das primeiras revoluções industriais. A política social, compreendida como estratégia governamental de intervenção nas relações sociais, unicamente pôde existir com o surgimento dos movimentos populares do século XIX.” (VIEIRA, 1992, p. 19).

Perturbada pelas ações das classes pró-conservação, pró-mudança ou emancipação, deixou a ilegalidade após os anos 1930 passando a ser reconhecida no pensamento político sob postulados liberais e democratas como “questão de política”. Como problemática nova, surgida nas frestas das relações entre capital e trabalho no processo de industrialização e, sob o padrão de substituição de importações, a “questão social” desponta como expressão das contradições que não mais poderiam ser subtraídas ou combatidas pela polícia. (ARCOVARDE, 1999, p.76).

Para Cerqueira Filho, 1982, “[...] O problema será tratado por novos aparelhos de Estado e a ‘questão social’ será reconhecida como legítima”. (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 75). Ou seja, nesse período, a repressão policial não será maior, pois haverá outros meios de se obter o controle social. De acordo com o mesmo autor, ela já não mais se filtrava pelas frestas de uma relação bem construída, senão por uma relação que se desfazia. Nesse sentido, empresários e importadores teriam que ir em busca de novas formas de descobrir e reconstruir.

Nesse cenário encontra-se a luta pela reforma agrária que de acordo com Pinto; Polinski, 2009, foram inúmeros posicionamentos por parte dos governantes a fim de resolver a questão de distribuição de terras. Porém, todos em vão, visto que esses tomavam outras direções, que por sua vez atribuiu ao Estado o papel principal no processo econômico, mas não interveio na ordem agrária, um exemplo tratado pelas autoras é a revolução de 1930, que teve seu impulso ao processo de industrialização e reconheceu direitos legais apenas aos trabalhadores urbanos,

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o Brasil redemocratizou-se e a questão agrária começou, então, a ser discutida com ênfase e tida como um obstáculo ao desenvolvimento do país. No meio rural ocorreram tentativas governamentais de alteração da estrutura fundiária. Em janeiro de 1945, os protestos começaram a se avolumar, uma nova situação se coloca no país, pois mediante a um processo eleitoral, voltou-se ao regime democrático. Isso até 1964, momento esse em que ocorreu o Golpe Militar.

No período que correspondente a 1946/1964, estava impregnado no Brasil o discurso político populista², “[...] trata-se de um discurso apoiado na teoria da integração social (ocultando os conflitos entre capital e trabalho) e no paternalismo (autoritarismo mais sistema do “favor””. (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 149).

2 “[...] Segundo Weffort (1978, p. 69), os componentes fundamentais do populismo enquanto projeto ideológico pode ser resumido em três: 1º) ‘personalização do poder’. Temos aqui a manifestação especificamente política do autoritarismo (tanto ao nível institucional quanto ao nível do discurso). 2º) ‘a imagem (meio real e meio mítica) da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade’. Manifesta-se dessa forma a dicotomia entre Estado/massa e além disso temos presente as questões estruturais para a emergência de um discurso político cujos apelos se dirigem à sociedade como um todo com base num conjunto de idéias-simbólicas que ocultam as formas objetivas de dominação burguesa. 3º) ‘a necessidade de participação das massas populares urbanas’. Como tal participação não se dá na linha de um projeto político autônomo dos setores populares, abre-se espaço para as relações de dependência e submissão dos setores populares face aos setores burgueses e para a existência de um discurso fundado no ‘favor’ e na ‘doação’.” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 149).

Nesse sentido, tem-se que não se pode opor populismo ao autoritarismo, pois tanto quanto o autoritarismo, o populismo é um estilo de política em que o Estado aparece como figura de grande importância. Ele vai moldar o projeto desenvolvimentista desde a burguesia industrial até as grandes massas populares.

O crescimento da população operária nas décadas de 1950 e 1960 aponta para a direção de um novo papel reservado à classe operária no jogo político, principalmente na influência eleitoral potencial.

Ainda na década de 50 conforme Martins, 1997, começa a haver uma espécie de revolução tecnológica no campo. Esse novo modo de produzir foi fortemente estimulado pelo governo através de subsídios bancários, na tentativa de substituir os cafezais por outros cultivos. O autor atenta para o fato de que, houve uma expulsão dos colonos residentes nas fazendas de café, ou seja, mais que a introdução da tecnologia, houve também a expulsão dos moradores deste espaço. Os trabalhadores agora se tornam trabalhadores assalariados.

Ali, não houve uma mudança tecnológica significativa, mas houve a expulsão dos moradores das fazendas como uma forma de recuperar as terras que os trabalhadores usavam para produzir seus próprios alimentos. Os proprietários passaram a dar um destino diretamente rentável a essas terras. (MARTINS, José de Souza, 1997, p. 71).

Neste período começam a se unir diferentes formas de conflitos presentes no campo brasileiro por intermédio de uma linguagem comum. Apesar disso, o debate conseguiu maior destaque apenas no início da década de 60 com a chamada participação popular. Esse processo se deu graças à crescente disseminação das ideias do Partido Comunista do Brasil, o PCB, o qual foi o primeiro partido a organizar trabalhadores rurais, parceiros, arrendatários e outras categorias de pequenos produtores com fins de Reforma Agrária (POLINSKI, Cláudia. A. PINTO, Larissa. B. s/p. 2009).

Nesse espaço de tempo, com a ampliação da participação popular obteve-se a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural - 1962, regulando as relações de trabalho no campo. Posteriormente o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 foi revogado pela Lei Federal 5.889 de 08 de junho de 1973, atualizando os direitos dos trabalhadores rurais e condição de igualdade com os trabalhadores urbanos, seja em relação ao fundo de garantia, previdência social bem como outros direitos depois recebidos e assegurados pela Constituição Federal.

No período correspondente a 1946-1964 nota-se que o discurso dominante perante a “questão social” é percebido como tendo um caráter tutelar, no qual se ressalta o controle estrito que as classes dominantes mantiveram sobre os setores dominados.

Segundo Osterne (1986, p. 30), tendo o Estado como uma expressão dos grupos

dominantes implanta-se no país com o Golpe de 1964³: “[...] um governo autoritário que, por intermédio de mecanismos legislativos e institucionais, estabelece estratégias (revestidas de ideologia de modernização) necessárias para a nova ordem de expansão capitalista [...]”. Diante desse contexto histórico valorizam-se os efeitos repressivos da sua atuação em detrimento dos efeitos ideológicos.

A partir de 1964, adota-se a ideologia da modernização⁴, deixando-se de lado a ideologia desenvolvimentista. As multinacionais se proliferam e institucionaliza-se a repressão, além do uso das políticas sociais como forma de controle da sociedade civil.

Um período caracterizado por grandes modificações, onde houve a participação do capital e da tecnologia estrangeira, acarretando um acelerado crescimento da economia, designado na época como sendo o “milagre brasileiro”⁵, pois “a economia cresceu a altas taxas anuais, tendo por base o aumento da produção industrial, o crescimento das exportações e a acentuada utilização de capitais externos”. (COTRIM, 1994, p. 314). Partindo desse contexto, evidenciaram-se os problemas, as contradições e as crises resultadas do modelo implantado em 1964, bem como do chamado “milagre brasileiro”.

É sob essas e outras condições que se observa no país o surgimento dos movimentos populares. A intensificação da pauperização e da espoliação da força de trabalho criou condições políticas de articulação da sociedade civil. “As greves dos trabalhadores e a multiplicação de movimentos sociais passaram a configurar uma nova dimensão política de tratamento, pelo Estado e pelo capital, dos interesses da força de trabalho”. (SPOSATI, 1987, p. 20). A sociedade ficou marcada por um período de luta, que passou a exigir do Estado uma nova prática no enfrentamento da “questão social”.

As mobilizações foram canalizadas para a redação de uma nova carta

3 O golpe militar que impôs a ditadura decorreu em grande parte da dificuldade para resolver a questão agrária. No final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta, a questão agrária começou a se tornar visível através da ação das Ligas camponesas e depois, também, da ação ainda que titubeante da Igreja Católica no campo. O monopólio da terra por essa elite, como base de sustentação de um setor importante do poder, estava ameaçado. A reforma agrária comprometia a base do poder. Uma reforma agrária distributiva que fragmenta e redistribui a propriedade, solapa a base da existência política dessa gente, que é o latifúndio, a grande propriedade. O golpe de Estado foi dado, porque a reforma agrária exigida e necessária solaparia efetivamente a base de sustentação do Estado, do sistema político [...]. A estrutura e a composição política do Estado mudariam. Os grandes proprietários de terra e seus interesses passariam a ter uma participação política no Estado proporcional a sua importância demográfica, e não mais artificialmente proporcional à sua descabida importância econômica e fundiária. Os trabalhadores rurais que nunca tiveram representação política, que sempre falaram através de proprietários de terra, passariam a falar diretamente, em seu próprio nome. O golpe de Estado foi dado, portanto, para evitar a chamada revolução agrária. (MARTINS, José de Souza, 1997, p.83).

4 “Entende-se por modernização o processo de mudança social econômica e político desenvolvido na Europa Ocidental e na América do Norte entre os séculos XVII e XIX (difundido depois para outras regiões) e que resultou na sociedade industrial do século XX”. (ENCICLOPÉDIA ABRIL, 1976, p. 176).

5 Trata-se de “[...] uma expressão cunhada pela propaganda oficial em 1971, quando o produto interno bruto teria superado, em três anos consecutivos, a marca dos 9%, suficiente para afirmar que o Brasil havia entrado num ciclo ascendente de desenvolvimento”. (NAGEL, 2001, p. 104).

constitucional e em 05 de outubro de 1988 foi promulgada a atual Constituição da República Federativa do Brasil.

Entre as décadas de 90 e 2000 houve uma ampliação de políticas, programas e projetos destinados a situação de extrema pobreza no Brasil, dentre os quais se destacam os programas de transferência de renda como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás, sendo unificados mais tarde no governo de Luís Inácio da Silva, hoje denominado Bolsa Família⁶. No que diz respeito às questões que envolvem o campo, temos neste período a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural PNATER-2003; Política Nacional de Assistência Social - PNAS-2004; e o II Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA-2003.

Embora tais avanços, sabe-se que no Brasil, as políticas sociais foram implementadas através de ações focalizadas e sem estar alinhado às políticas de desenvolvimento econômico, o que resultou na ampliação da desigualdade e fez com que não se avançasse no combate à pobreza, isso se evidencia não somente em meio urbano, mas também no campo. Ou seja, as discussões do meio rural não devem ser destituídas das contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

Para Veiga, 2003, há uma análise equivocada na definição do que é rural ou urbano, a partir da qual as pessoas tendem a pensar que a população rural é muito pequena e pode se extinguir em um futuro próximo, acarretando assim dificuldades em justificar políticas públicas que não sejam voltadas para o urbano. A partir disso, pode-se dizer que a implantação das políticas sociais no país seguiu uma orientação política que privilegiou o meio urbano, isso se deve a forma como o rural e o urbano é compreendido, essa compreensão frágil, implica diretamente na maneira como as políticas sociais são pensadas.

É fundamental que as políticas sociais evoluam para superar tais desafios, passando a considerar a totalidade da população, evitando o tratamento desigual entre o urbano e o rural.

A análise da inclusão do meio rural nas políticas sociais e econômicas brasileiras a partir do modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado, passa prioritariamente pela discussão do acesso a terra no Brasil relacionado às marcas de desigualdade e de exclusão da população rural, bem como do espaço rural no cenário das políticas

6 O Bolsa Família é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Ele foi criado em outubro de 2003 e possui três eixos principais: **Complemento da renda** - todos os meses, as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal. Esse eixo garante o alívio mais imediato da pobreza. **Acesso a direitos** - as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social. Esse eixo oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social. Importante - as condicionalidades não têm uma lógica de punição; e, sim, de garantia de que direitos sociais básicos cheguem à população em situação de pobreza e extrema pobreza. Por isso, o poder público, em todos os níveis, também tem um compromisso: assegurar a oferta de tais serviços. **Articulação com outras ações** - o Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza. (Disponível em <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>. Acesso em: 26 de jun. 2016)

públicas brasileiras.

2 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a construção e a análise deste, foi possível apreender a intrínseca relação entre o capital e o trabalho bem como suas contradições. Contradições estas inerentes ao modo de produção capitalista de acordo com Bernardo, 2013, a questão agrária nasceu da contradição estrutural do capitalismo, “que produz simultaneamente, a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria” (BERNARDO M. Fernandes, 2013, p.) Essa desigualdade é resultado de um conjunto de fatores políticos e econômicos.

Ela é produzida pela diferenciação econômica dos agricultores, predominantemente do campesinato, por meio da sujeição da renda da terra ao capital (MARTINS, 1981, p. 175). Nessa diferenciação, prevalece à sujeição e a resistência do campesinato por meio da expropriação, ocorre simultaneamente à recriação do trabalho familiar através do arrendamento ou da compra de terra e, também, a transformação de uma pequena parte em capitalista pela acumulação de capital, compra de mais terra e assalariamento.

A questão agrária enquanto expressão da “questão social” é fruto de um longo processo histórico marcado pela opressão e desigualdade, um processo que perdura desde a época da colonização e que perduram no cenário brasileiro até hoje.

A questão agrária, enquanto expressão da questão social traz as disparidades e impactos do sistema capitalista no meio rural, as relações de produção no campo são bastante complexas, pois abarca a intensificação da concentração fundiária e, concomitantemente, a resistência dos trabalhadores na luta pela terra e a implantação dos assentamentos rurais. A questão agrária compreende ainda as relações de poder no bojo da correlação de forças entre sujeitos antagônicos com interesses e perspectivas diferenciadas em torno da propriedade da terra, inclusive na realidade brasileira. No caso da situação rural brasileira, são predominantes as relações de dominação e subordinação por meio do capitalismo tardio, que se estrutura em grandes latifúndios concentradores de capital e desempenham a função de reproduzir a questão social do campo, marcada de forma mais específica pelo acesso desigual a terra. Dessa forma, a luta pela terra se torna um dos elementos essenciais para compreendermos a questão agrária no Brasil como expressão da questão social. (RODRIGUES, M.S.C.; GURGEL, A.N. J; SILVA R.A. P; GÓIS. B. G., S/A, p. 03.)

Ainda de acordo com os autores foi a partir do reconhecimento da “questão social” como legítima pelo Estado, que tais expressões passam a ser administradas e geridas pelo mesmo, não apenas pela via da coerção, mas também através do consenso, considerando-o como favorável ao funcionamento da sociedade de modo a evitar tensões contra hegemônicas. O Estado, no processo de mediações das tensões apresentadas no cotidiano das relações capital e trabalho, tomam como centralidade a política sócio assistencial e efetiva-se através de prestação de serviços sociais.

No Brasil, a resposta dada a população se deu através de políticas sociais

focalizadas e sem estar alinhadas às políticas de desenvolvimento econômico, o que resultou na ampliação da desigualdade e fez com que não se avançasse no combate à pobreza.

Quanto às demandas rurais, estas só eram atendidas quando a pressão social exigia uma resposta do Estado, demonstrando que o modelo de desenvolvimento estava particularmente preocupado com crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento social, que de acordo com Kraemer, 2006, ampliava a situação de desigualdade entre as classes, entre regiões do país e nos estados, homogeneizando no atendimento às demandas de duas realidades distintas: urbano e rural, mas não opostas.

Portanto, todo contexto sócio histórico, se define marcado por relações autoritárias e populistas, por uma gestão tecnocrática, por regulação de direitos sociais e por uma mudança efetiva nas relações da nossa sociedade predominantemente rural assumindo novos contornos com a industrialização e a ascendente urbanização no país, torna-se fundamental para a compreensão da questão agrária como uma das expressões da “questão social”. Kautsky afirma que isto é um problema estrutural e sua superação só pode acontecer a partir da “destruição do sistema capitalista e sua transformação em regime socialista”. (Kautsky, 1986, p. 389).

REFERÊNCIAS

ACOVARDE, Ana Cristina Brito. Questão social no Brasil e Serviço Social. *In. Capacitação em Serviço Social*. Módulo 2. Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999, p. 75-85.

BERNARDO M. Fernandes. Questão Agrária: Conflitualidade e **Desenvolvimento Territorial**.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A questão social no Brasil**: Crítica do Discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

ENCICLOPÉDIA ABRIL. **Modernização**. 2 ed. v. 8. São Paulo: Abril Cultural Industrial. 1976, p. 176.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social. *In: IANNI, Octávio. A questão social*. Revista USP, set, out e nov, São Paulo, 1989.

_____, Marilda Villela. Serviço Social na Contemporaneidade-Trabalho e Formação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____, CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 34 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KLEINSCHMIDT, Larin; SILVA, Jorgina M. **Movimento popular e serviço social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

LIMA, Daniele G. Questão **Agrária Brasileira e a inserção do serviço social em políticas sociais para o campo**. Maceió, 2014. Disponível em [https://www.google.com.br/c?q=DANIELE+GOMES+DE+LIMA+QUEST%C3%83O+AGR%C3%81RIA+BRASILEIRA+E+A+INSER%C3%87%C3%83O+DO+SERVI%C3%87O+SOCIAL+EM+POL%C3%8DTICAS+SOCIAIS+PARA+O+CAMPO\]&ie=utf-8&oe=utf-8&gws_rd=cr&ei=-TN8V9WpFcGwATEs5zYCA](https://www.google.com.br/c?q=DANIELE+GOMES+DE+LIMA+QUEST%C3%83O+AGR%C3%81RIA+BRASILEIRA+E+A+INSER%C3%87%C3%83O+DO+SERVI%C3%87O+SOCIAL+EM+POL%C3%8DTICAS+SOCIAIS+PARA+O+CAMPO]&ie=utf-8&oe=utf-8&gws_rd=cr&ei=-TN8V9WpFcGwATEs5zYCA). Acesso em 04 de jun.2016.

MARTINS, José de Souza. Exclusão Social e a nova desigualdade. São Paulo. Paulus, 1997.

_____, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

NAGEL, Lizia H. O Estado brasileiro e as políticas educacionais dos anos 80. *In*: NOGUEIRA, Francis M. G. (org.). **Estado e políticas sociais no Brasil**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001, p. 104.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. *In*: **Temporalis**3. Brasília, ABEPS, jan/jun. 2001, p. 41-49.

POLINSKI, Cláudia. A. Pinto, Larissa. B. Política Agrária no Brasil. IV Congresso Paranaense de Assistentes Sociais, 2009. Disponível em <http://www.cresspr.org.br/site/politica-agraria-no-brasil/>. Acesso em 04 de jul. de 2016.

RODRIGUES, M.S.C.; GURGEL, A.N. J; SILVA R.A. P; GÓIS. B. G., S/A, p. 03. Disponível em <http://eventos.ufersa.edu.br/index.php/sdh/sdh2013/paper/viewFile/21/18>. Acesso em 29 de jun. 2016.

SANT'ANNA, Raquel Santos. **Trabalho bruto no canavial**: questão agrária, assistência e serviço social. São Paulo. Cortez, 2012.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. São Paulo: Cortez, 1987.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003

KRAMER, Luciane. **A assistência social e a população rural na região da produção do RS**: a (in) visibilidade como condicionante da garantia de acesso. Porto Alegre, 2006. Disponível em <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5200/1/000344975-Texto%2BCompleto-0.pdf>. Acesso em 04 de Jul. 2016. <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>. Acesso em: 26 de jun. 2016.

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-424-5



9 788572 474245